

# Negociar ou conchavar?

FOLHA DE SÃO PAULO

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO - 2 JUL 1987

ANC p A - 3

**S**e o Relatório Cabral for aprovado tal como está, o país ficará ingovernável. Temos um texto vesgo: parte olha para a direita; parte, para a esquerda.

Manchetes como estas, estampadas em letras garrafais em todos os jornais do país geram no cidadão desavisado a imagem de uma Constituinte caótica, incompetente, desarrazoada. Nada mais falso, muito embora o anteprojeto formulado pelo relator, a partir dos textos aprovados nas comissões seja, de fato, contraditório, desequilibrado e inviável. É que, de acordo com o método adotado para a elaboração do texto constitucional, esta situação é, nesta etapa do processo, perfeitamente normal. Quem visitasse um prédio em construção e salsse dizendo: "Esse prédio é inviável, não tem teto, vai chover dentro; não tem janela, vai ventar por todo lado", provocaria, obviamente, a galhofa de quem "fosse do ramo".

Por que então, constituintes e políticos experimentados estão fa-

zendo esse barulho todo em torno de uma situação que eles sabem ser normal e previsível? Porque esta é a primeira Constituição brasileira que não tem pronta e acabada, apenas para receber uns remendinhos e ser referendada pelos constituintes. Esta, ao contrário, começou a ser feita a partir da estaca zero, em audiências públicas, nas quais as entidades representativas da sociedade civil apresentaram livremente todas suas demandas; prosseguiu, depois, nas subcomissões com a participação de todos e não de apenas, como habitualmente, de um pequeno grupo de "iniciados". Esta novidade singela, mas de profundo alcance, possibilitou algo inédito na nossa história política: as reivindicações, as demandas, as queixas, os protestos da grande massa, vieram à tona, antes de serem "cozinhados" nos bastidores do poder e puderam por isso, constar do anteprojeto. Grande susto nos arraiais dos privilegiados! Óbvio: o privilégio só se mantém em razão da coação ou do desconhecimento. Na hora em que vem tudo à luz, não há

como mantê-los. E isto é o que está ocorrendo na Constituinte. Estabeleceu-se um processo de elaboração constitucional que dificulta o conchavo e obriga a negociação. Conchavo é acordo espúrio feito pelos que têm acesso às informações, em detrimento da massa mal informada. Negociação política é atitude madura e democrática de busca de termos de convivência sem escamoteação do conflito.

A contradição, o desequilíbrio, a inviabilidade do Relatório Cabral estão obrigando os constituintes à negociação. Mas negociação aberta, clara, diante da imprensa e em consulta com bases. O resultado dessa negociação expressar-se-á nas etapas próprias: a discussão em plenário, as emendas de iniciativa popular, a segunda intervenção da Comissão de Sistematização e a votação em plenário. Este método democrático de fazer uma Constituição não garante, obviamente, um texto progressista, aberto, coincidente com a vontade popular, pois isto vai depender dos embates políticos, da

pressão popular, de uma série de incógnitas ainda não decifradas. Mas, o simples fato de "destapar" o debate, já é um avanço que terá certamente reflexos altamente positivos nas próximas etapas do nosso processo político.

Causa, por isso, profunda revolta a notícia de que o Planalto com a conivência dos seus "incondicionais" na Assembléia Constituinte — estaria costurando um texto "viável" para impô-lo aos constituintes como substitutivo na Comissão de Sistematização, mediante o inaceitável método do "rolo compressor". Querem tampar o que foi destampado, porque temem as consequências de discussão dos problemas nacionais à luz do dia. Os democratas precisam repelir essa manobra com a maior veemência, pois ela representa simplesmente o retrocesso aos tristes tempos da hipertrofia do Executivo.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO, 56, advogado, é deputado federal (PT-SP) e professor da Fundação Getúlio Vargas (SP).